

A Disciplinarização da Literatura Angolana após a Descolonização

RESUMO. O presente artigo tematiza a problemática da disciplinarização da literatura angolana, tendo em conta três eixos: 1. a instauração de novas narrativas legitimadoras; 2. o funcionamento do campo literário e do sistema educativo; 3. a legitimação e canonicidade da literatura angolana. A consagração disciplinar é abordada numa perspetiva histórica cujo pressuposto assenta na necessidade de interpretar as consequências políticas do processo de descolonização de Angola. A partir daí é possível compreender que os fundamentos da institucionalização do novo sistema educativo e o reconhecimento tardio da literatura angolana como disciplina escolar e académica, à luz das conexões que estabelece com o campo político, enquanto conjunto de obras literárias representativas de uma comunidade histórica multicultural.

PALAVRAS-CHAVE: Descolonização; literatura angolana; disciplinarização; canonicidade

ABSTRACT. This article discusses the issue of Angolan literature disciplinarization, taking three axes into account: 1. the establishment of new legitimating narratives; 2. the functioning of the literary field and the educational system; 3. the legitimation and canonicity of Angolan literature. Disciplinary consecration is approached from a historical perspective whose assumption is based on the need to interpret the political consequences of Angola's decolonization process. From there, it is possible to understand the foundations of the institutionalization of the new educational system and the late recognition of Angolan literature as a school and academic subject, in light of the connections it establishes with the political field, as a set of literary works representative of a multicultural historical community.

KEYWORDS: Decolonization; Angolan literature; disciplinarization; canonicity

1. Introdução

Em 2001, foi desencadeada em Angola a mais profunda reforma curricular e esperava-se que pudesse responder às exigências de um novo sistema educativo cuja implementação decorreria até 2015, de acordo com a *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação*. Nesse contexto, foram elaborados os planos curriculares do primeiro e segundo ciclos do ensino secundário. A literatura é definida como disciplina obrigatória cuja denominação curricular afastava qualquer confusão com a literatura angolana. Era apenas um “Programa de Literatura.” No entanto, revelava-se necessário introduzir a disciplina de literatura angolana no referido currículo do subsistema do ensino secundário. Apesar de não ser, paradoxalmente, uma disciplina escolar do ponto de vista da sua denominação, na grelha curricular actual, a literatura angolana constitui parte substantiva dos conteúdos programáticos dos dois ciclos do ensino secundário. Esta discrepância entre a denominação da disciplina e os conteúdos curriculares configurava a existência de um problema de ordem semântica que importava equacionar a nível do subsistema do ensino superior.

Com o presente artigo pretendo explorar as dimensões da descolonização política de Angola e os efeitos produzidos no sistema literário. A reflexão será desenvolvida tendo em conta três eixos: a instauração de novas narrativas legitimadoras; o funcionamento do campo literário e do sistema educativo; a disciplinarização da literatura angolana e sua canonicidade.

2. Sistema Colonial e Contra-Literatura

Ao definir o sistema literário no contexto colonial em que se desenvolve a formação da literatura brasileira, António Cândido referia-se a três denominadores comuns que tornam a literatura um aspecto orgânico da civilização, a saber: a. “existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel”; b. “um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive”; c. um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns e outros” (Cândido 2000, 23). No dizer de António Cândido, destaca-se aí um outro elemento fundamental: “a formação da continuidade literária” (24). Com as devidas adaptações, esta definição pode ser útil, por duas razões. Em primeiro lugar, o Brasil foi colónia de Portugal. Em segundo lugar, quando, no século XIX, se iniciou o processo de consolidação do sistema literário angolano, a literatura brasileira era a expressão de um país já independente de que se tomavam de empréstimo alguns modelos.

Em todo o caso, apesar das convenções ocidentais veiculadas pelos dispositivos institucionais da administração colonial portuguesa, existia em Angola uma contra-literatura, um sistema constituído pelas literaturas orais das diferentes comunidades culturais e linguísticas Bantu e Khoi-san que formam a população angolana autóctone. Pode dizer-se que essas literaturas orais eram suportadas por comunidades interpretativas anteriores à constituição do novo segmento do sistema literário integrado por autores, textos, leitores e a língua portuguesa. Estamos perante um cânone potencial. É neste sentido que Mário António admitia que, antes de falar de poesia angolana de língua portuguesa, se tornava necessário elaborar uma ideia do que se entende por “poesia tradicional dos povos de Angola.” No dizer de Mário António, trata-se de uma realidade riquíssima e viva, “uma poesia socialmente enquadrada e servindo fins sociais, ela está presente em quase todas as manifestações da sabedoria popular, quer associada ao canto, quer subjacente às diferentes formas de literatura oral: conto, provérbio, adivinha” (António 1994, 29-42).

Portanto, a continuidade literária e as estratégias interpretativas das gerações literárias dos séculos XIX e XX, que escrevem em língua portuguesa, são uma emanção da partilha de convenções, quer da oralidade, quer da escrita, tendo em vista a identificação de propriedades e intenções dos textos. A literatura angolana é, por essa razão, uma das fontes de legitimação da luta dos angolanos pela libertação nacional contra o colonialismo português. Assim se compreende a importância historiográfica da investigação, dos estudos sobre as línguas Bantu e as literaturas orais de autores como o angolano Joaquim Dias Cordeiro da Matta e o suíço Héli Chatelain, no século XIX; bem como a crítica literária e divulgação da literatura angolana a que se dedicaram vários autores, no século XX, entre os quais Mário Pinto de Andrade, Carlos Ervedosa, Costa Andrade, Mário António Fernandes de Oliveira e o crítico e o investigador português Alfredo Margarido. O trabalho de todos eles confirmava a existência de comunidades interpretativas que reconheciam a existência do seu objeto de estudo. Todavia, nesse contexto, deteta-se a ausência de determinados elementos de um completo sistema literário, designadamente as instâncias que conformam o aparelho institucional do Estado moderno de tipo ocidental, respetivos sistemas educativos e de difusão, onde caberia o ensino da literatura angolana, se não lhe fosse atribuído um estatuto marginal de contra-literatura.

Na sua *História da Literatura Portuguesa*, publicada em 1955, António José Saraiva e Óscar Lopes classificavam a literatura angolana como parte da “literatura

continental africana de língua portuguesa” (Lopes e Saraiva 1955, 1129). Trata-se de um eufemismo para referir a literatura colonial ou literatura ultramarina, entendidas como instrumentos de homogeneização, “quer a aclimação do europeu, quer as relações entre as populações indígenas e alienígenas” (Lopes e Saraiva 1955, 1129). Em edições posteriores do livro, aqueles dois autores abandonaram a perspectiva colonial relativamente às literaturas das colónias de Portugal.

A elaboração de antologias literárias e a publicação de opúsculos de história literária angolana, durante o período colonial, constituíam um fenómeno de canonização vaticinante que revelava o processo de auto-reconhecimento e de comparação, realizado pelas gerações literárias que frequentaram os estabelecimentos de ensino secundário na primeira metade do século XX. Estou a referir-me às gerações literárias de 40 e 50. Na sequência da actividade jornalística e associativa desenvolvida em finais do século XIX, a criação de estabelecimentos de ensino, tais como os liceus, nas cidades de Luanda (1919) e Lubango (1929), bem como a existência dos seminários católicos, constituíam fatores impulsores de iniciativas desenvolvidas por várias gerações literárias, que se consolidaram após a formação de uma comunidade expressiva de estudantes, em finais da década de 40 do século XX.

Num artigo de opinião, publicado em 1946 no jornal *O Farolim*, Agostinho Neto era um dos membros inconformados dessa geração literária que saía dos liceus. Reivindicando o conhecimento da sua cultura, denunciava o ensino colonial:

Os nativos são educados como se tivessem nascido e residissem na Europa. . . . Não compreendem esta gente que aqui habita, os seus costumes e idiossincrasia. Não têm tradições. Não têm orgulho da sua terra porque nela nada encontram de que se orgulhar; porque não a conhecem. Não têm literatura, têm a alheia. Não têm arte sua. Não têm espírito.

Não adoptam uma cultura; adaptam-se a uma cultura (Neto 1946, 3)

É esse estado de coisas que, como veremos mais adiante, sofreria mudanças estruturais com a descolonização.

3. Materiais de Apoio e Ensino

O estatuto de subalternidade atribuído à literatura angolana determinava o seu lugar periférico no contexto do sistema colonial. Por isso, as ruturas registadas durante o período de descolonização permitem identificar duas fases iniciais no processo de produção de materiais pedagógicos. A primeira fase ocorre ainda em

1974, logo após a Revolução do 25 de Abril, em Portugal. Intensificou-se a partir de Janeiro de 1975, por força dos Acordos do Alvor, celebrados por Portugal e pelos três movimentos de libertação nacional (FNLA, MPLA e UNITA).

A segunda fase verifica-se após a formação do Governo de Transição, integrado pelos três movimentos de libertação nacional. Fora do contexto das euforias descoloniais da primeira fase, a inserção de conteúdos programáticos e textos literários angolanos para o ensino da língua portuguesa tem o seu momento seminal em 1975 com a criação do Ministério da Educação e Cultura, que integrava a estrutura do Governo de Transição. O pioneirismo na produção desses materiais de apoio ao ensino coube a Irene Guerra Marques, uma das poucas angolanas com formação superior em Filologia, que teve a iniciativa de organizar os manuais escolares para o curso geral dos liceus e das escolas comerciais e industriais.

A primeira antologia de literatura angolana, após a independência de Angola, foi publicada em 1976. Trata-se de uma antologia histórica, por razões que têm a ver com os fundamentos metodológicos do ensino da literatura angolana. Irene Guerra Marques e sua equipa organizaram esses materiais didáticos para o ensino da língua portuguesa. Nessa altura, o autor destas linhas era estudante liceal, na cidade de Benguela. Com orgulho ainda conservo exemplares desses materiais. Um pouco antes, tinha sido posta a circular a *Antologia da Poesia Angolana*, livro organizado por dois autores portugueses, Filipe Neiva e Salvato Trigo, que chegou a ser usado por alguns professores e que fazia parte da minha nascente biblioteca.

A maioria dos estudantes do ensino secundário faziam a sua iniciação à leitura de textos literários angolanos, em virtude de o Ministério da Educação e Cultura ter tornado obrigatório o uso dos textos selecionados e publicados em fascículos oficiais. A exposição a esses textos viria a revelar-se decisiva, na medida em que, com a proclamação da independência, em novembro de 1975, e a constituição da União dos Escritores Angolanos, em dezembro do mesmo ano, a literatura angolana registaria o seu primeiro *boom* editorial. Além disso, no primeiro governo da República Popular de Angola do Presidente Agostinho Neto, a pasta da Educação e Cultura tinha como responsável um outro poeta, António Jacinto. Tal facto não era casual.

Em 1976, eclodia uma nova guerra cujos campos de batalha já não eram as grandes cidades. Ao nível do governo, autonomizava-se o pelouro da Cultura, no segundo governo de Agostinho Neto. Chegavam às livrarias do país as primeiras edições da União dos Escritores Angolanos e de outras editoras portuguesas,

tais como a Sá da Costa e Edições 70. Nessa data, foi publicada a primeira edição impressa da antologia *Poesia de Angola* de Irene Guerra Marques. Do ponto de vista gráfico, era modesta, mas apresentava uma capa e secções ilustradas por desenhos do pintor e escultor José Rodrigues. Usei essa antologia para aprofundar o meu conhecimento da literatura angolana, recorrendo complementarmente à leitura do *Roteiro da Literatura Angolana* de Carlos Ervedosa, publicado pela União dos Escritores Angolanos, e ao livro de Júlio Castro Lopo, *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua História*.

Portanto, a antologia de Irene Guerra Marques é a primeira que se publicava com vocação didática e pedagógica para apoiar o ensino da literatura angolana. Pode dizer-se que, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, definiu-se a partir daí o primeiro cânone pedagógico oficial. Seguiram-se mudanças parciais com a introdução de novos conteúdos programáticos, logo depois da primeira reforma educativa do período pós-independência, em 1977. Apesar disso, a consagração institucional da literatura angolana, enquanto disciplina escolar, não se traduziu em ensino de qualidade para as exigências do momento. Era no âmbito da disciplina de língua portuguesa que se ministravam os conteúdos programáticos de literatura angolana. Quando se passa em revista os materiais do segundo e terceiro níveis do ensino de base do subsistema do ensino secundário, nomeadamente 6.^a, 7.^a e 8.^a classes, verifica-se que os programas da disciplina de língua portuguesa anulavam a relevância do texto literário. O mesmo ocorria, talvez em menor escala, no ensino médio. Neste último nível, a disciplina era lecionada apenas em duas classes, a 9.^a e 10.^a.

4. Reformas Educativas

Imediatamente após a independência política de Angola, em 11 de novembro de 1975, foi publicada a lei n.º 4/75, de 9 de dezembro, com a qual se procedia à nacionalização do ensino. Iniciava-se, assim, a reforma curricular. O autor destas linhas é testemunha ocular das mudanças que se registaram no ensino secundário. Até aí, fizera estudos da disciplina de língua portuguesa com base em antologias escolares contendo textos de autores portugueses, exclusivamente. Nunca tinha ouvido falar de um tão diverso conjunto de escritores angolanos como aconteceu após o 25 de Abril, embora existisse em Benguela uma tertúlia literária, o círculo *Convívium*, de que faziam parte alguns dos meus professores, grande parte dos quais portugueses, que professavam ideais de esquerda e que publicavam textos de poetas angolanos. Para os adolescentes da época,

legitimava-se então a existência daquilo a que hoje podemos chamar campo literário angolano. Os estudantes dos liceus e das escolas comerciais e industriais começaram a ter acesso à leitura das primeiras edições de livros publicados pela União dos Escritores Angolanos, em 1976.

Entretanto, a institucionalização formal de um novo sistema educativo ocorreu a partir de 1978, com a publicação dos *Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino da República Popular de Angola*. É nesse período que se procede à introdução de novos planos de estudo, manuais e guias de professores no ensino secundário.

O ensino universitário herdado do período colonial e institucionalizado a partir de 1962, com os Estudos Gerais Universitários, tinha dado lugar à Universidade de Luanda, seis anos depois. A oferta formativa passara a contar com uma licenciatura em Filologia Românica, que funcionava no pólo universitário situado na cidade do Lubango, antiga Sá da Bandeira. Em 1976, foi criada a Universidade de Angola. Mas viria a ser afetada igualmente pelas crises da transição política. A superveniente extinção da Faculdade de Letras e Ciências Pedagógicas, em 1980, por força do decreto n.º 95/80 de 30 de agosto, deu lugar ao Instituto Superior de Ciências da Educação, como sinal da reforma que estava a ser conduzida pela Comissão de Reformulação do Ensino Superior. Esta nova instituição contava com uma estrutura científico-pedagógica de cinco departamentos, entre os quais o Departamento de Letras Modernas, cuja oferta formativa compreendia três opções: português, francês e inglês. A literatura angolana era, pela primeira vez, ministrada como disciplina académica. Em 1984, a Universidade de Angola passou a denominar-se Universidade Agostinho Neto. Até ao surgimento das novas unidades orgânicas, em 2002, não possuía outra estrutura vocacionada para o ensino de Ciências Sociais e Humanas, excluindo a Faculdade de Direito.

Com efeito, em 1981, tinha sido recomendada a realização de um diagnóstico ao setor da educação. Uma década depois, foi publicada a lei n.º 13/01, *Lei de Bases do Novo Sistema de Educação*, cuja implementação desencadeou uma nova reforma. Esperava-se que esta viesse responder às exigências de um novo sistema educativo cuja conclusão ocorreria em 2015, de acordo com a *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação*. Nesse contexto, foram elaborados os planos curriculares do primeiro e segundo ciclos do ensino secundário. Definia-se aí a literatura como disciplina escolar obrigatória cuja denominação curricular afastava qualquer confusão com a literatura angolana. Apesar de não ser,

paradoxalmente, uma disciplina escolar do ponto de vista da sua denominação, na grelha curricular actual, a literatura angolana constitui parte substantiva dos conteúdos programáticos dos dois ciclos do ensino secundário. Esta discrepância entre a denominação da disciplina e os conteúdos curriculares configura a existência de um problema de ordem semântica que importava equacionar a nível do subsistema do ensino superior, concentrando-se na vocação disciplinar da literatura angolana, tendo em conta as potencialidades da articulação interdisciplinar, no contexto do ensino das literaturas africanas e das literaturas de língua portuguesa.

Durante as décadas de 80 e 90 do século XX, dediquei-me ao ensino da disciplina de língua portuguesa no ensino secundário e no ensino médio. A minha experiência permitiu chegar a algumas conclusões referentes ao défice do ensino desta disciplina, num diagnóstico em que as causas residiam fundamentalmente na inadequação dos instrumentos metodológicos. Uma leitura dos manuais do segundo e terceiro níveis do ensino de base, nomeadamente 6.^a, 7.^a e 8.^a classes, permite concluir que os programas da disciplina de língua portuguesa anulavam a relevância do texto literário. O mesmo ocorria, talvez em menor escala, no ensino médio, isto é, 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a classes.

A tipologia dos recursos didáticos era uniforme para todos os níveis. Observava-se apenas uma variação no tipo de textos seleccionados e seus temas. Os textos de leitura obrigatória para a 5.^a e 6.^a classes obedeciam à esquematização temática do programa da disciplina de ciências sociais. Por sua vez, os temas da 7.^a e 8.^a classes eram propostos com base em critérios diferentes. Esta disparidade, a que acrescia o peso conferido à antologia em uso, *Textos Africanos*, fornecia um perfil caótico do ensino de matérias respeitantes à literatura angolana. O recurso à referida antologia inspirava uma atividade pedagógica baseada na leitura de textos fragmentários, aparentemente articulados entre si de modo aleatório. Com efeito, o ensino da literatura angolana realizado nestes moldes mereceu da minha parte as seguintes observações: a. abordava-se a literatura fora da sua historicidade, apagando a perspectiva da história literária, a perscrutação de registos linguísticos, dos sistemas ideológicos no seu contacto com o passado e as tradições culturais; b. verificava-se o predomínio de excertos que deslocavam o quadro de sentidos das obras, resultando daí a reprodução de um imaginário caótico transmitido ao aluno (Kandjimbo 1997, 147). Do meu ponto de vista, assim se explicava o tratamento incaracterístico dos conteúdos programáticos respeitantes à literatura angolana que, lamentavelmente, ainda perdura nas escolas angolanas.

No decurso do ano letivo de 1992-93, realizei um inquérito a alunos do ensino médio de uma comunidade escolar da cidade de Benguela com uma população de cerca de 1600 estudantes dos três estabelecimentos do ensino médio, nomeadamente, o Instituto Politécnico Industrial, o Instituto Normal e o Pré-Universitário. A amostra privilegiava a comunidade de estudantes do Instituto Politécnico Industrial (Kandjimbo 1997, 75-77).

Os resultados apontavam já para a necessidade de uma autonomização das disciplinas de literatura angolana e língua portuguesa. Mas a prática ensinava igualmente que, através dos procedimentos e métodos que tinha adotado para a lecionação da disciplina de língua portuguesa, iniciava os alunos na leitura do texto literário e na análise literária. Não se tratava de uma simples leitura baseada no modelo linguístico. Procurava fornecer instrumentos que permitissem, além da competência linguística, a aquisição da competência literária e outras competências associadas, podendo assim contribuir para a formação de leitores. Esta constatação pode ser subscrita por qualquer professor que tenha vivido a experiência de estar numa sala de aula em África, perante estudantes africanos ávidos de ler e interpretar um texto literário escrito em língua portuguesa, aplicando ferramentas analíticas com as quais se procura compreender os contextos, os valores morais, culturais e estéticos veiculados pelo texto analisado.

Ora, as incidências desses pluralismos contextuais requerem uma imaginação pedagógica suscetível de ser suportada por uma capacidade de discernir as manifestações da textualidade: o texto linguístico, o texto oral, o texto literário e o respetivo sistema de referências. Por isso, o ensino da literatura angolana recomenda o recurso a metodologias e estratégias pedagógicas que se revelem adequadas. Em semelhantes circunstâncias, o ensino da gramática do texto linguístico não se confunde com o da gramática do texto literário narrativo, por exemplo. Ao invés, inspiram metodologias específicas.

Assim, torna-se necessário assegurar o ensino da língua portuguesa, em situação de duplo contexto, na sua coexistência com as línguas Bantu. A aquisição de competências linguísticas e textuais é um dos fins educativos que se prossegue nesse contexto. Por outro lado, a gramática do texto literário angolano em geral, e especialmente a interpretação do texto narrativo e do texto literário oral na sua versão escrita, visa a formação de leitores dotados de um conhecimento sobre os policódigos literários com a consciência da sua importância. Neste caso, a aquisição de competências literárias e comunicativas concorre para a constituição do *ethos* das comunidades que hoje formam a população de Angola,

enquanto Estado. Do ponto de vista da ética da literatura, considero que, ao serem adquiridas, tais competências revelam as potencialidades formativas da literatura e o carácter narrativo da moralidade que, em África, estão subjacentes às práticas da comunicação literária, quer oral, quer escrita.

Numa perspetiva epistemológica, justifica-se que, no ensino secundário, a língua portuguesa e a literatura angolana sejam duas disciplinas diferentes, tendo em conta a sua função, no que diz respeito à consciência moral e consolidação do *ethos* comunitário. Quanto a mim, este é um dos objetivos estratégicos a que devia conduzir a última reforma educativa realizada em Angola.

5. Campo Literário e Condicionismos

A institucionalização tardia da literatura angolana como disciplina académica, tal como pode ser comprovado com a criação da nova Faculdade de Letras, é tendencialmente contrária ao que aconteceu no domínio do ensino e da investigação da linguística bantu. Neste capítulo, Angola contou, a partir de 1977, com o apoio de agências da Organização das Nações Unidas, tais como o PNUD e a UNESCO, com o objetivo de desenvolver o *Projeto de Valorização das Línguas Nacionais*, visando a elaboração de um Atlas Linguístico e de uma bibliografia sobre as línguas nacionais, no âmbito de programas específicos nas áreas da alfabetização, do ensino, da literatura e da informação. Para o efeito, a Secretaria de Estado da Cultura comportava na sua estrutura orgânica um Instituto Nacional de Línguas. Além do apoio das referidas agências da Organização das Nações Unidas, o projeto que se levava a cabo, nos primeiros anos da independência de Angola, tinha uma componente de cooperação com outros países africanos.

Apesar disso, o ensino da literatura angolana não teve circunstancialmente o mesmo tipo de apoios, tais como os desenvolvidos para a valorização das línguas nacionais. Registava-se uma ausência de elos na cadeia do sistema literário angolano como consequência do regime político de orientação socialista instaurado após a descolonização, o que condicionava a definição de prioridades no subsistema do ensino superior, a favor dos cursos de humanidades.

Ao nível continental, os estados africanos membros da UNESCO desenvolviam esforços que pareciam conduzir a um *curriculum push*. Tinham sido realizadas quatro conferências em África, sob os auspícios da UNESCO, nomeadamente a de Addis Ababa em 1961, de Abidjan em 1964, de Nairobi em 1968 e de Lagos em 1976. Uma das recomendações mais importantes da Conferência de Lagos foi a criação da Organização Africana do Currículo (*African Curriculum*

Organization) para “permitir uma maior cooperação regional no domínio da reforma curricular e renovação dos currícula escolares” (Obanya 1994, 6).

No que diz respeito à reflexão sobre a problemática do ensino das literaturas africanas, a descolonização e o surgimento dos estados independentes em África revelaram-se como oportunidades políticas para as primeiras iniciativas que ocorreram na década de 60 do século XX. Foram três conferências realizadas em 1962, duas na África Ocidental, uma na África Oriental: no Senegal, teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Dakar; na Serra Leoa, no Fourah Bay College de Freetown; e na Universidade Makerere, no Uganda. Em 1968, eclodiu o grande debate na Universidade de Nairobi sobre a extinção do Departamento de Inglês, cujo objetivo era a introdução do ensino das literaturas africanas. E, ainda em 1981, a Universidade Marien Ngouabi acolheu uma outra conferência sobre a pedagogia das literaturas africanas.

Numa perspetiva comparada, a referida situação vivida em Angola traduzia bem o isolamento causado por dois fatores de peso, a ideologia oficial marxista-leninista e a glossobalkanização, isto é, o conjunto de efeitos produzidos pelo uso exclusivo de línguas oficiais europeias, em detrimento da valorização das línguas francas ou línguas comuns sub-regionais no continente africano. Por essa razão, apesar da institucionalização tardia do ensino da literatura angolana, não se registou qualquer impulso no domínio das relações literárias internacionais com outros países africanos, quer de língua francesa, quer de língua inglesa. De resto, o diálogo intercultural africano situou-se sempre a um nível incipiente. A organização da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos pela União dos Escritores Angolanos foi excecionalmente uma manifestação dos condicionamentos políticos e suas incidências no campo literário. Neste caso concreto, o campo literário mantinha uma coexistência problemática com o campo político. Era uma consequência da Guerra Fria e das clivagens ideológicas, na medida em que o Estado angolano pertencia à Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos e, por sua vez, a União dos Escritores Angolanos estava filiada à Associação de Escritores Afro-Asiáticos.

Se a fortuna editorial de obras de autores angolanos, bem como a efémera circulação de traduções em língua portuguesa de outros autores de países africanos, era um indicador da existência de leitores, a escassez de publicações periódicas consagradas às literaturas, revistas especializadas ou académicas evidenciava a vigilância e o controlo ideológico em matéria de acesso à leitura. Apesar disso, os padrões estéticos literários do realismo socialista recomendados aos escritores

viriam a ser objetos de denúncia, num apelo lançado por Agostinho Neto, poeta e Presidente da República, quando falava numa cerimónia de empossamento dos corpos gerentes da União dos Escritores Angolanos, em 1979.

Portanto, até ao início do século XXI, o campo literário angolano, em termos negativos, apresentava as seguintes características: 1. inexistência de instituições de ensino superior com oferta específica no domínio das literaturas; 2. ausência de crítica universitária; 3. marginalidade da crítica literária jornalística; 4. prestígio da avaliação crítica estrangeira, nos meios culturais e literários; 5. função legitimadora da atividade editorial assumida pela União dos Escritores Angolanos, enquanto associação cultural.

6. Consagração Disciplinar

Como foi referido, a literatura angolana tornou-se disciplina académica, pela primeira vez, ao ter sido inscrita nos planos de estudos contidos nas *Propostas de Reformulação dos Cursos do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED)*, no ano académico de 1986/1987. Mas a disciplina integrava o plano curricular da Licenciatura em Ensino de Línguas cuja orientação era dominada pela didática das línguas com uma forte componente psicopedagógica, suportada por disciplinas de carácter ideológico, associadas ao marxismo-leninismo. A carga da área das literaturas reduzia-se a quatro disciplinas. Na opção de português, eram ministradas as seguintes disciplinas: Literatura Geral (1.º ano); Literatura Portuguesa (2.º ano); Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (3.º ano); Literatura Angolana (4.º ano). Na opção de francês, eram ministradas as mesmas disciplinas, exceto a Literatura Francesa (2.º ano) e Literaturas Africanas de Língua Francesa (3.º ano); e, de igual modo, na opção de inglês, excetuando Literatura Inglesa (2.º ano) e Literaturas Africanas de Língua Inglesa (3.º ano).

Quando a proposta voltou a ser formulada no ano académico de 1986/1987, e retomado o ensino da literatura angolana no Instituto Superior de Ciências da Educação, como oferta de uma formação específica, já tinha decorrido uma década desde a interrupção registada em 1980. A situação alterar-se-ia, por força de um relatório da Fundação Gomes Teixeira da Universidade do Porto, encomendado pelo governo angolano, ao abrigo de um contrato com o Banco Mundial. Após a elaboração de um diagnóstico sobre o estado da Universidade Agostinho Neto, a única instituição de ensino superior na época, o referido relatório apontava a “inexistência de uma unidade orgânica dedicada às Letras, Humanidades e Ciências Sociais e Humanas,” considerando-a a “carência mais evidente

da Universidade Agostinho Neto (UAN), em termos da sua organização interna em função da cobertura dos diferentes domínios do saber” (Fundação Gomes Teixeira 1996, 433). Por essa razão, os autores do relatório recomendavam a criação de uma escola, com dupla valência, das letras e humanidades, por um lado, e das ciências sociais e humanas, por outro, consideradas como dois dos eixos de reestruturação e relançamento do ensino superior em Angola.

A oferta da Universidade Agostinho Neto preencheria mais tarde a lacuna formativa no domínio das literaturas, com uma solução fundada numa estrutura curricular coerente. O quadro tornou-se diferente em 2003, quando foi criada a nova unidade orgânica, a Faculdade de Letras e Ciências Sociais. A sua posterior cisão deu lugar à autonomização da Faculdade de Letras, em 2009. Estava assim assegurada a formação específica no domínio das literaturas e, conseqüentemente, a oportunidade de opções para os estudantes que pretendessem obter competências científicas específicas ao nível universitário. A Faculdade de Humanidades, que surge em substituição da Faculdade de Letras, foi criada em 2020 e conta hoje com uma oferta formativa pós-graduada.

7. Canonicidade da Literatura Angolana

A breve abordagem histórica da disciplinarização da literatura angolana permite concluir que lhe é reconhecido um estatuto disciplinar estável. Por outro lado, verifica-se que resulta de um longo processo de legitimação que, tendo iniciado com a necessidade de reivindicar uma literatura autónoma e correspondente contra-cânone ou cânone potencial no século XIX, chegou ao período da descolonização com o estatuto de uma literatura nacional, no âmbito da afirmação e reconhecimento de um Estado soberano. Tal processo de legitimação da literatura assentava no modelo centrado no conceito de nação, tomado de empréstimo à filosofia política ocidental. Deste modo, a sua consagração em Angola deve-se a mimetismos institucionais estaduais e instâncias às quais são atribuídas funções de “controlo institucional da interpretação” (Kermode 1983, 168) e com vocação para formar cânones literários oficiais ou seletivos.

Portanto, a literatura angolana deve ser entendida como um sistema que faz parte de um polissistema cuja complexidade não pode ser ignorada quando um crítico literário, investigador ou professor proceder à avaliação estética, análise ou interpretação dos textos que o constituem. É certo que a história literária angolana não se esgota no desenvolvimento de um dos seus elementos constituintes, o conjunto de textos literários escritos em língua portuguesa, em virtude de a estrutura

e a memória do sistema literário angolano englobar textos de transmissão oral. Está aí implícita a ideia segundo a qual as literaturas são sistemas semióticos culturais. Por essa razão, o estudo da disciplinarização da literatura angolana deve ter em conta a memória cultural das diferentes comunidades históricas angolanas e dos sujeitos individuais que as integram, de tal modo que seja possível atribuir sentido ao cânone literário angolano, tendo em conta a sua função estruturante ao nível das políticas educativas e culturais.

A perspetiva diacrónica adotada para compreendermos o modo como se realiza a consagração disciplinar, no período que se segue à descolonização política de Angola, permitiu articular a problemática do reconhecimento de uma comunidade histórica e respetivas obras culturais que, no contexto do sistema colonial, eram marginalizadas. No contexto descolonial, esse sujeito coletivo reconquista a sua dignidade, podendo essas obras ser transmitidas aos angolanos das novas gerações, através dos mecanismos de socialização e dispositivos de reprodução cultural. Por conseguinte, percebe-se que o processo de disciplinarização da literatura angolana estabelece conexões com o campo político, na medida em que está em jogo a imposição da visão legítima a respeito dos princípios de classificação de obras literárias, no contexto institucional escolar e universitário.

REFERÊNCIAS

- António, Mário. 1994. “Introdução.” Em *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963*. Angola e S. Tomé e Príncipe, editado por ACEI, 29-42. Lisboa: UCCLA.
- Cândido, António. 2000. *Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia.
- Costa, Graça Pitra. 2018. *Evolução Histórico-Jurídica do Direito da Educação em Angola.1975-2007*. Luanda: Texto Editores.
- Ervedosa, Carlos. 1979. *Roteiro da Literatura Angolana*. Lisboa: Edições 70.
- Fowler, Alastair. 1979. “Genre and the Literary Canon.” *New Literary History* 11: 97-111.
- Fundação Gomes Teixeira. 1996. *Contributos para a Revitalização da Universidade em Angola*. Porto: Universidade do Porto.
- Gyekye, Kwame. 1997. *Tradition and Modernity. Philosophical Reflections on the African Experience*. New York: Oxford University Press.
- Instituto Nacional de Línguas. 1980. *Histórico sobre a Criação dos Alfabetos em Línguas Nacionais*. Luanda: INALD.
- Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED). 2002. *Reforma Curricular*. Luanda: Edições Kulonga.
- Kandjimbo, Luís. 2019. *Alumbu – O Cânone Endógeno no Campo Literário Angolano*. Luanda: Mayamba Editora.

- . 1997. *Apologia de Kalitangi*. Luanda: INALD.
- Kermode, Frank. 1983. *The Art of Telling. Essays on Fiction*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Laranjeira, Pires. 2002. “Literatura, Cânone e Poder Político.” *Mar Além – Revista de Cultura e Literatura dos Países Africanos de Língua Portuguesa*, fevereiro: 36-41.
- Lopes, Óscar, e António José Saraiva. 1955. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Lopo, Júlio Castro. 1964. *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua História*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Marques, Irene Guerra. 1985. *Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola*. Luanda: INALD.
- Martinho, Ana Maria. 2001. *Cânones Literários e Educação. Os Casos Angolano e Moçambicano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Ministério da Educação. 2005. *Currículo do 1.º Ciclo do Ensino Secundário. Reforma Curricular*. Luanda: Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE).
- . 2005. *Currículo do 2.º Ciclo do Ensino Secundário. Reforma Curricular*. Luanda: Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE).
- . s.d. *Textos Africanos de Expressão Portuguesa*. Luanda: CIPIE.
- Ministério da Educação e Cultura-Angola. 1975. *Curso Geral. Português – Liceal e Técnico, (1º Ano)*. Luanda: Gabinete de Estudos.
- . 1975. *Curso Geral. Português – Liceal e Técnico, (2.º e 3.º Anos)*. Luanda: Gabinete de Estudos.
- Moore, Gerald. 1965. *African Literature and the Universities*. Ibadan: Ibadan University Press.
- Neto, Agostinho. 1946. “Uma Causa Psicológica: A ‘Marcha’ para O Exterior.” *O Farolim*, março: 3.
- Obanya, Pai. 1994. *Curriculum Reform for Educational Development in Africa: The Role of UNESCO*. Dakar: Breda.
- Soares, Francisco. 1999. “Luís Kandjimbo: Apologia de Kalitangi.” *Vida & Cultura, Suplemento de Artes, Letras e Ideais do Jornal de Angola*, janeiro: 1-3.
- Thiong’o, Ngũgi wa. 1986. *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African Literature*. Oxford: James Curry.
- Universidade Agostinho Neto (ISCED). 1987. *Propostas de Reformulação dos Cursos no ISCED. Tomo I. Planos de Estudo. Ano Académico 1986/1987*. Lubango: Centro de Documentação e Informação.

LUÍS KANDJIMBO é Professor Associado da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto. Investigador do Instituto de Estudos Literários e Tradição. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.